

volume

25/1

Dezembro/2019

ISSN 2596-2876

ICH - UFPel



História em revista

revista do núcleo de documentação histórica



dossiê: **História Oral**

Hist. Rev. Pelotas Número 25/1 p.1 - 132 dez. 2019





**Obra publicada pela
Universidade Federal de
Pelotas**

Reitor

Pedro Rodrigues Curi Hallal

Vice-Reitor

Luis Isaías Centeno do Amaral

Direção de Gabinetes da Reitoria

Taís Ullrich Fonseca

Pró-Reitora de Ensino

Maria de Fátima Cóssio

*Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação e
Inovação*

Flávio Fernando Demarco

Pró-Reitora de Extensão e Cultura

Francisca Ferreira Michelin

Pró-Reitor de Assuntos Estudantis

Mário Renato de Azevedo Jr.

Pró-Reitor Administrativo

Ricardo Hartlebem Peter

*Pró-Reitor de Gestão da Informação e
Comunicação*

Julio Carlos Balzano de Mattos

Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento

Otávio Martins Peres

Pró-Reitor de Gestão de Pessoas

Sérgio Batista Christino

*Editora e Gráfica Universitária - Conselho
Editorial*

Pres. do Conselho Editorial: João Luis Pereira

Ourique

*Repr. das Engenharias e Computação: Darci
Alberto Gatto*

*Repr. das Ciências Biológicas: Flávio Roberto
Mello Garcia e Marines Garcia (suplente)*

*Repr. das Ciências da Saúde: Francisco
Augusto Burkert Del Pino e Claiton
Leoneti Lencina (suplente)*

*Repr. das Ciências Agrônômicas: Cesar Valmor
Rombaldi, Guilherme Albuquerque de
Oliveira Cavalcanti (suplente) e Fabrício de
Vargas Arigony Braga (suplente)*

*Repr. das Ciências Humanas: Márcia Alves da
Silva e Cláudio Baptista Carle (suplente)*

*Repr. das Ciências Sociais Aplicadas: Carla
Rodrigues Gastaud*

*Repr. das Linguagens e Artes: Josias Pereira da
Silva e Eleonora Campos da Motta Santos
(suplente)*

Instituto de Ciências Humanas

Diretor: Prof. Dr. Sebastião Peres

*Vice-Diretora: Profa. Dra. Andréa Lacerda
Bachettini*

*Núcleo de Documentação História da UFPel –
Profa. Beatriz Ana Loner*

Coordenadora:

Profª Dra. Lorena Almeida Gill

Membros do NDH:

Profª Dra. Lorena Almeida Gill

Prof. Dr. Aristeu Elisandro Machado
Lopes

Técnico Administrativo:

Paulo Luiz Crizel Koschier

História em Revista – Publicação do Núcleo de Documentação Histórica

Comissão Editorial:

Prof. Dr. Aristeu Elisandro Machado Lopes
Profª Dra. Lorena Almeida Gill

Conselho Editorial:

Profª Dra. Helga I. Landgraf Piccolo (UFRGS)
Prof. Dr. René Gertz (UFRGS) (PUCRS)
Prof. Dr. Temístocles A. C. Cezar (UFRGS)
Profª. Dra. Beatriz Teixeira Weber (UFSM)
Profª. Dra. Maria Cecília V. e Cruz (UFBA)
Prof. Dr. Marcelo Badaró Mattos (UFF)
Profª. Dra. Joan Bak (Univ. Richmond – USA)
Prof. PhD Pablo Alejandro Pozzi (Universidad de Buenos Aires).
Prof. Tommaso Detti (Università Degli Studi di Siena)

Editores: Lorena Almeida Gill | Pablo Alejandro Pozzi | Robson Laverdi

Edição e Capa: Paulo Luiz Crizel Koschier

Pareceristas ad hoc: Ana Sosa Gonzalez (UFPel) | Geni Rosa Duarte (Unioeste) | Ilton Cesar Martins (UNESPAR) | Losandro Antonio Tedeschi (UFGD) | Luís Fernando Cerri (UEPG) | Maralice Maschio (FAMA) | Méri Frotscher Kramer (Unioeste) | Rosângela Zulian (UEPG) | Eudes Fernando Leite (UFGD)

Editora e Gráfica Universitária

R Lobo da Costa, 447 – Pelotas, RS – CEP 96010-150 | Fone/fax: (53)3227 8411
e-mail: editora@ufpel.edu.br

Edição: 2019/1

ISSN – 2596-2876

Dados de catalogação na fonte:

Aydê Andrade de Oliveira - CRB -
10/864

História em revista / publicação do Núcleo de Documentação Histórica. Instituto de Ciências Humanas. Universidade Federal de Pelotas. v.25/1, (dez. 2019). – Pelotas: Editora da UFPel, 2019. 1v.

Semestral
ISSN 2596-2876

1. História - Periódicos. I. Núcleo de Documentação Histórica. Instituto de Ciências Humanas. Universidade Federal de Pelotas.

CDD 930.005

Indexada pela base de dados Worldcat Online Computer Library Center

UFPel/NDH/Instituto de Ciências Humanas

Rua Cel. Alberto Rosa, 154 - Pelotas/RS - CEP: 96010-770

Fone: (53) 3284 3208 -

<http://wp.ufpel.edu.br/ndh/>

e-mail: ndh.ufpel@gmail.com

* Obra publicada em **abril de 2020**



MOVIMENTO FEMINISTA NA CIDADE DE PELOTAS-RS: A ATUAÇÃO DO GRUPO AUTÔNOMO DE MULHERES DE PELOTAS (GAMP) - (1990-2019)

FEMINIST MOVEMENT IN THE CITY OF PELOTAS-RS: THE PERFORMANCE OF THE AUTONOMOUS GROUP OF WOMEN IN PELOTAS (GAMP) - (1990-2019)

Elisiane Medeiros Chaves*

Resumo: Atualmente existem no Brasil várias organizações feministas, com diversas pautas de luta. Foi no final do século XIX que esse movimento surgiu no país, inicialmente reivindicando o direito à educação feminina e o direito ao voto, pois levava em conta a opressão e a desigualdade que recaíam sobre as mulheres. Durante o século XX se expandiu para outros lugares e passou a ter embates mais amplos, tais como o acesso ao mercado de trabalho, melhores salários, libertação feminina, fim da violência contra a mulher, entre outros. Em Pelotas, o movimento feminista teve início nos anos 1980, porém, foi em março de 1992 que a Organização Não Governamental (ONG) denominada, Grupo Autônomo de Mulheres de Pelotas (GAMP), se tornou a principal e mais atuante entidade feminista da cidade. Este estudo buscar revelar sua atuação junto à vida das mulheres pelotenses, ao longo de sua existência.

Palavras-chave: Movimento feminista; Violência de gênero; História Oral.

Introdução

O presente artigo se refere a uma breve análise sobre a atuação da organização feminista mais antiga, e ainda atuante, da cidade de Pelotas, o Grupo Autônomo de Mulheres de Pelotas (GAMP). O tema do estudo, portanto, é o movimento feminista e o objetivo é procurar delimitar as atividades desenvolvidas pelo grupo durante sua existência e verificar como ocorreu a influência do feminismo na vida das mulheres pelotenses.

O grupo estudado se trata de uma ONG criada em 8 de março de 1992 e que se tornou a principal entidade feminista da cidade, com projetos de cunho assistencial e educacional, voltados para as mulheres e que, especialmente, se voltou para a questão da violência contra elas. O grupo se regularizou, jurídica

* Possui graduação em Direito pela Universidade Federal de Pelotas (1996) e graduação em História (bacharelado) pela Universidade Federal de Pelotas (2015). Mestra em História pela Universidade Federal de Pelotas (2018), atuando em temáticas de violência, gênero, história das mulheres, feminismo e masculinidades. Atualmente é doutoranda em História pela Universidade Federal de Pelotas.

e formalmente, em 03 de agosto de 1996¹.

A metodologia empregada para coleta de dados se refere à História Oral Temática, tendo em vista que o material de pesquisa foi produzido através de entrevistas com três integrantes do grupo. Duas delas fizeram parte da sua formação, a senhora Maria Cecília Hypólito e a senhora Zely Franco Garcia. A terceira pessoa que entrevistei foi a senhora Diná Lessa Bandeira, a qual ingressou no grupo em 2013.

A respeito da História Oral Temática, para Meihy e Holanda (2007), ela é sempre de caráter social e tem como foco ser uma metodologia que coleta informações sobre um determinado tema, o qual deve ficar bem explícito e cujas perguntas durante a entrevista devem ser orientadas para seu esclarecimento por parte do narrador.

Segundo Patai (2010), a História Oral depende da intervenção de um entrevistador, o qual faz a coleta de narrativas e apresenta uma versão das mesmas, existindo um ponto de intersecção entre duas subjetividades, e, neste sentido, são levadas em conta as visões culturais de ambas as partes envolvidas, bem como a memória do entrevistado e as perguntas do entrevistador.

Para Portelli (1997), como a História Oral trabalha com memórias, portanto, com versões do passado, ainda que estas sejam moldadas pelo meio social, o ato de lembrar é sempre profundamente pessoal. Por ser desta forma, mesmo que as entrevistadas, por pertencerem ao mesmo grupo de militância feminina, possam ter recordações partilhadas, semelhantes, estas jamais serão exatamente iguais. Nesta mesma esteira de entendimento, conforme Candau (2012), a memória se estrutura com base na vivência individual e é influenciada pelo meio social, através das relações que são construídas ao longo da vida.

Por outro lado, o período pesquisado compreende o início das atividades do grupo, o ano de 1992, até a atualidade, eis que ele ainda se mantém em funcionamento e, como as integrantes que foram entrevistadas pertencem ao mesmo período histórico que a pesquisadora/entrevistadora, o recorte temporal deste estudo se refere à História do Tempo Presente.

Para Motta (2012), a História do Tempo Presente é o lugar autorizado para se construir uma narrativa científica acerca do que é vivido e do que se consagra como memória, e em vista da sua cientificidade, erudição e

¹ Disponível em: <http://gampelotas.blogspot.com/2008/08/nossa-historia_27.html>. Acesso em dezembro 2019.

criticidade, ela se firmou como um campo de conhecimento dos mais vigorosos. O historiador se torna coparticipante dos acontecimentos, ele vive e conta o que vive. E o distanciamento necessário em seu trabalho não é dado pelo tempo, mas pela ética, pelo manejo de suas posições políticas.

Conforme Padrós (2004), a História do Tempo Presente capta a atualidade, a novidade, a irrupção e a emergência de tendências, e estabelece as conexões, as pontes, que a interligam com um passado histórico.

Como mencionado no início deste artigo, o GAMP sempre teve uma forte atuação voltada para o combate à violência contra a mulher, fenômeno este que ocorreu em todos os períodos históricos e que permanece na atualidade. Da mesma forma, o feminismo também se estendeu com o passar do tempo e se mantém no presente. Considerando essas circunstâncias, Rouso (2009), refere que a História do Tempo do Presente diz respeito a uma história inacabada, que não passa, ou seja, um passado que é sempre presente, existindo, no entanto, o reconhecimento de novos contextos.

É preciso referir que nos tempos passados, em diversas sociedades, mulheres foram tratadas de forma desigual em relação aos homens, recaindo sobre elas costumes opressores, abusivos e repressores, tanto que era possível serem vítimas de violências e até mesmo de assassinatos, em razão de seu gênero. Essas maneiras de trata-las já foram consideradas normais e eram aceitas para conterem as mulheres, sendo justificadas pela cultura da dominação masculina.

Segundo Bourdieu (2005, p.18): “A força da ordem masculina se evidencia no fato de que ela dispensa justificação: a visão androcêntrica impõe-se como neutra e não tem necessidade de se enunciar em discursos que visem a legitimá-la”. Ainda para Bourdieu (2005), a dominação masculina se impõe através da violência simbólica, a qual acontece de maneira suave, muitas vezes invisível às próprias vítimas, razão pela qual a maioria delas se submete, pois ela fica no campo do simbólico, das ideias circulantes no meio social e nas instituições nas quais convivem. Essa forma de violência se torna tão costumeira, que muitas mulheres sequer a percebem, e por isso não a questionam, mesmo que promova repressão a sua vida na sociedade. Além de não se observarem na situação de dominadas pelas estruturas dominantes que as cercam, reproduzem as práticas e os discursos que representam a diferença entre os gêneros.

Considerando a teoria do patriarcado, esse sistema seria oriundo de um pacto realizado entre os homens com a finalidade de oprimir as mulheres, pois, para Saffioti (2004, p.104): “As relações hierárquicas entre os homens, assim como a solidariedade entre eles existente, capacitam a categoria

constituída por homens a estabelecer e a manter o controle sobre as mulheres”. Essa opressão significava impor às mulheres que gerassem filhos e ficassem em casa cuidando deles, até que os mesmos tivessem condições para trabalhar e gerar riquezas.

A Igreja Católica teve um papel fundamental no fortalecimento do patriarcado ao reafirmar o papel de submissão que a mulher deveria ter na sociedade. Neste sentido, ensina Colling (2014) que os mitos do Éden e do pecado original reforçavam a ideia de que, ao comer a maçã proibida e ter levado Adão a comê-la também, Eva seria a culpada por Deus ter expulsado os dois do paraíso. Consequentemente, era por culpa de uma mulher que a raça humana havia sido condenada ao sofrimento.

Muitas mulheres internalizaram essa maneira discriminatória de serem tratadas e a admitiam como uma forma de vida, uma condição da qual a maioria² sequer tentava se libertar, eis que elas próprias passaram a ver o mundo com o olhar masculino, razão pela qual seguiam as regras sociais criadas pelos próprios homens, para elas, ainda que fossem normas, muitas vezes, perversas em relação a elas mesmas.

Apesar desses valores de inferioridade das mulheres serem antigos, segundo Aguiar (1997), eles permanecem em nossa sociedade capitalista, com características mais modernas, o que ela denomina como patriarcalismo, no qual as mulheres ainda são tratadas com particularidades discriminatórias, tais como contratos de trabalho com salários menores que os homens, jornada dupla entre o trabalho fora e os cuidados com a casa e os filhos, continuando o masculino

² Nem todas as mulheres admitiam ser tratadas de forma discriminatória, segundo Alves e Pitanguy (2007), na Roma antiga, no ano 195 D.C, existiram aquelas que se insurgiram contra a proibição de usarem transporte público, pois ele só cabia aos homens, tendo elas que andar sempre a pé. As mesmas autoras também informam que na Gália e na Germânia antigas, nas sociedades tribais as mulheres tinham espaço de atuação nas decisões e também participavam das guerras. Já conforme Perrot (2010), em sua obra coletiva, “*História sem qualidade*” (1979), a autora substituiu a representação dominante da dona de casa insignificante, negligenciada e oprimida, pela “mulher popular rebelde”, ativa e resistente, administradora do orçamento familiar e que ocupa o centro do espaço urbano. Nesses textos há uma inversão ou subversão dos polos. Há um mundo das mulheres, uma sociabilidade e uma cultura próprias. Se trata de uma história das mulheres reavaliada, que leva à descoberta do prazer do convívio feminino. Há um reforço da tese do poder social das mulheres, por elas mesmas.

com seus privilégios. Segundo Lagarde (2005), ainda existe uma ideologia dominante na qual faz parte do trabalho das mulheres, a responsabilidade pela procriação e cuidados com o bem estar da família, o que ela chama de trabalho invisível.

Os movimentos feministas

Cabe ressaltar a importância dos movimentos feministas compostos por mulheres que se mobilizaram para contestar sua condição social, incomodadas com a dominação masculina e com a finalidade de adquirir autonomia para o seu gênero, através do seu empoderamento³. Estes movimentos não aconteceram de forma linear e muito menos foram homogêneos entre si. A primeira onda feminista teve início com o movimento das sufragistas, na Europa do século XIX, no qual mulheres lutaram por direitos civis e políticos, como o direito ao voto, bem como por direitos trabalhistas, como alta de salários e jornadas menores de trabalho. Este movimento se espalhou por diversos países, tais como Estados Unidos, Inglaterra e Brasil, sendo que aqui o mesmo se tornou mais forte em 1910. Porém, foi somente em 1932, no governo do presidente Getúlio Vargas, que elas adquiriram o direito de votarem e de serem votadas, através do novo Código Eleitoral (Alves e Pitanguy (2007).

Com a segunda onda feminista, a partir da década de 1960, os movimentos de mulheres se tornaram mais importantes no contexto internacional, juntando-se a outras minorias marginalizadas, como os negros e os homossexuais, os quais também lutavam por direitos civis. Na década de 1970 esses movimentos passaram a ter um enorme potencial de transformações sociais, pois foram marcados por mulheres lutando por igualdade de direitos, pela libertação feminina, pelo fim da violência contra seu gênero, questionando e demonstrando sua inconformidade com a ocupação dos lugares sociais e políticos apenas pelos homens.

Segundo Teles (1999), a partir da década de 1970, movimentos de mulheres surgiram em várias regiões do Brasil, num processo crescente, a partir do qual elas romperam barreiras e passaram a conversar entre si sobre seus problemas e a se articular de forma organizada para a luta por demandas tais

³ O empoderamento, segundo Deere (2004), pressupõe que as mulheres modifiquem suas próprias vidas, aumentem seu bem-estar, transformando as relações de gênero para acabar com a subordinação aos homens e atingir uma real igualdade entre as categorias de gênero.

como, creches pela necessidade de trabalhar fora, aumento de salários, contra a carestia de vida, entre outras.

Conforme Pinto (2003), o cenário durante o contexto da ditadura militar era de repressão e de mortes, ainda assim, especialmente a partir do início da década 1970, as mulheres das classes médias e populares se mobilizaram fazendo surgir na sociedade um feminismo politizado, tendo em vista que muitas delas faziam parte de partidos de esquerda e outras tantas também se engajaram nas lutas democráticas e sociais.

Para Soares (1994, p. 13): “O movimento das mulheres nos anos 70, trouxe uma nova versão da mulher brasileira, que vai às ruas na defesa de seus direitos e necessidades e que realiza enormes manifestações de denúncia de suas desigualdades”.

Em vista dessa resistência das mulheres, Soares (1994, p.15) faz as seguintes considerações sobre os movimentos feministas:

[...] tem sido usual fazermos referência ao movimento feminista como uma das expressões de um movimento de mulheres mais amplo. As feministas compõem uma face do movimento de mulheres. As mulheres das periferias dos centros urbanos, das pequenas comunidades rurais, as que atuam nos sindicatos, compõem a outra face. Cada uma das vertentes do movimento de mulheres poderia ser analisada como um movimento social, enfocando suas dinâmicas próprias, suas formas de expressão etc. Mas como estas vertentes se tocam, se entrelaçam, entram em contradição, utilizaremos a expressão movimento de mulheres, reconhecendo que é uma pluralidade de processos. [...] As feministas, como expressão de uma das vertentes deste movimento, traduzem a rebeldia das mulheres na identificação de sua situação de subordinação e exclusão do poder, e buscam construir uma proposta ideológica que reverta esta marginalidade.

Em referência à luta das mulheres por melhores condições de vida, nas décadas de 1970 e 1980, os movimentos concentravam-se nas capitais e eventualmente aconteciam em cidades do interior. De acordo com Pinto (2003), nas décadas de 80 e 90, surgiram no Brasil diversas Organizações não governamentais (ONGs) que denunciavam a violência doméstica e apoiavam as vítimas. Com esse caráter, em Pelotas, foi criado o Grupo Autônomo de Mulheres de Pelotas (GAMP), em março de 1992 e tornou-se o principal e mais atuante movimento feminista da cidade.

O Grupo Autônomo de Mulheres de Pelotas (GAMP)

O GAMP resultou da união de mulheres de vários segmentos sociais,



tais como aquelas advindas de sindicatos, partidos políticos (majoritariamente de esquerda), grupos de mulheres das comunidades religiosas e associações que sentiram a necessidade de se organizar para dar atenção às demandas femininas. É importante informar que também existiram outras entidades⁴, inclusive anteriores ao GAMP, mas que não tiveram o mesmo reconhecimento. O grupo integra o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (CMDM) de Pelotas, órgão municipal que foi criado em 1992 e regulamentado pela lei nº 6.078/2014, com a finalidade de elaborar e fiscalizar políticas de gênero para assegurar à população feminina o pleno acesso à cidadania.

Convém salientar que o GAMP foi criado durante um contexto de assassinatos de mulheres que aconteceram na cidade e que se tornaram emblemáticos, como os da estudante universitária de Santa Catarina, Cecília Biernaski, ocorrido em 1989, assassinada pelo ex namorado e cujo corpo foi encontrado esquartejado, debaixo de um trailer, no Campus II da Universidade Católica de Pelotas.

Outro crime trágico que abalou a sociedade pelotense, foi a morte da professora e universitária Luciety Mascarenhas Saraiva, também assassinada pelo ex namorado, o qual não aceitava a separação e, ao vê-la acompanhada por outro homem, matou os dois a tiros e atingiu também um amigo que os acompanhava, na noite do dia 4 de janeiro de 1990. Em homenagem a ela, por influência da articulação do GAMP, foi criada em Pelotas a Casa Luciety, local de caráter sigiloso, que serve de abrigo temporário para proteger as mulheres e seus filhos menores que não tem para onde ir e que correm risco de vida, em razão de violência doméstica.

Em abril de 1990 também aconteceu outro crime bárbaro no qual a menor, Andréia Costa Nunes, de apenas 12 anos de idade, foi estuprada, degolada e levou 20 facadas no corpo. O crime sido cometido por dois empregados do pai da menina, sendo que após a descoberta dos autores, quando

⁴ Segundo Santos (2007), em dezembro de 1982 surgiu o primeiro grupo feminista de Pelotas, denominado por Comissão Pró-Formação do Movimento Feminista em Pelotas, formado por universitárias e profissionais liberais. Existiram também nessa década, o Movimento da Mulher Agricultora de Pelotas e a União de Mulheres de Pelotas, entre outros. Entretanto, estes movimentos não conseguiram ter uma atuação tão ampla quanto o GAMP. Encontrei outros grupos feministas existentes na cidade de Pelotas em tempos mais atuais, tais como o Giamarê Frente Feminista, atuando desde 2014; o Coletivo Feminista Nosotras do curso de Direito da UFPel; Coletivo Femista Classista Ana Montenegro – ligado ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), existente em 15 estados do país e atuando em Pelotas desde 2015; entretanto, o de maior expressão é o GAMP.

a Brigada Militar os levou até o Centro de Operações do Comando, cerca de 300 pessoas tentaram linchar os criminosos, tamanha tinha sido a comoção da população com o assassinato da menor. A partir dos assassinatos informados, o GAMP passou a ter uma atuação mais expressiva na cidade e se tornou uma entidade oficial em 1992, muito embora algumas integrantes já se articularassem anteriormente, mas de forma mais dispersa.

A primeira pessoa entrevistada foi a senhora Maria Cecília Moreira Hipólito. Sua narrativa aconteceu na tarde do dia 3 de janeiro de 2018, em um escritório da sua família, às 17 horas, e teve duração de 3 horas e 24 minutos. Ela contou que tinha 64 anos de idade, era professora aposentada e tesoureira do grupo. Também relatou que em 1988 foi eleita vereadora na cidade de Pelotas, sendo a única mulher na Câmara de Vereadores e em 1992 foi candidata à prefeita, além de ter sido deputada estadual em duas legislaturas (em 1999 e em 2007). A respeito do grupo, disse que as integrantes formadoras já pertenciam a movimentos de lutas diferenciadas, tais como da igreja, de partidos políticos, estudantes, sindicatos, sendo que ela mesma fez parte da fundação do Partido dos Trabalhadores na cidade e lutou pelo fim da ditadura militar no país. Segundo a percepção da narradora, essas mulheres que ocupavam diferentes lugares acabaram por perceber que ficavam isoladas, e foi isso que as fez querer formar um grupo para organizar suas reivindicações, as quais eram diferentes das dos homens.

Observo que no momento da formação do grupo, mulheres com saberes diversos e que ocupavam diferentes espaços de luta na sociedade, identificaram entre si a necessidade de se unir para mobilizarem pautas em comum e em prol das mulheres pelotenses. Segundo Silva (2009), a representação, compreendida como um processo cultural, estabelece identidades individuais e coletivas e constrói os lugares que podem ser apropriados pelos indivíduos e a partir dos quais eles podem se posicionar, dando sentido às suas experiências.

A entrevistada contou ainda que o grupo se formou também a partir da percepção plural de que muitas mulheres de Pelotas e da região, sofriam violências e que, portanto, era necessária uma união para debater e tentar combater essas práticas masculinas. Foi num ato de rua, no dia 08 de março de 1992, que foi definida a formação da entidade com a finalidade de estimular a participação das mulheres em geral, na luta pelos seus direitos. Acredita que o GAMP é a entidade feminista, em funcionamento, mais antiga do Rio Grande do Sul e talvez também do Brasil (no dia da entrevista o grupo contava com 27 anos de existência e está ativo até os dias de hoje).

Segundo a senhora Cecília, após a criação do grupo, uma ex-deputada estadual, filiada ao PMDB, senhora Hilda de Souza (esposa do ex-prefeito de Pelotas, Bernardo de Souza), a partir da iniciativa do GAMP, conseguiu se mobilizar junto ao governo do Estado, para que Pelotas tivesse um Posto Policial da Mulher. E era através do contato com funcionárias do posto, que as integrantes do GAMP ficavam sabendo da ocorrência de situações de violências sofridas por muitas mulheres pelotenses e também dos assassinatos que vitimavam outras.

Ainda conforme a senhora Cecília, a casa de acolhida à mulher vítima de violência⁵, também foi uma iniciativa do grupo, sendo que na época não existia a Lei Maria da Penha e, portanto, nenhuma garantia de que o agressor não pudesse se aproximar da vítima⁶. A ideia era que fosse criada uma casa em que as mulheres que estivessem sendo ameaçadas de morte, pudessem ficar naquele local com seus filhos. A casa surgiu como um suporte ao Posto da Mulher tendo em vista que as mulheres lá atendidas e que se encontravam em situação de risco, não tinham um local para ir.

O GAMP também foi responsável pela criação da primeira delegacia da mulher em Pelotas (antes era o Posto da Mulher). Segundo a entrevistada:

O GAMP, ele foi fundamental em estruturar essas instituições. Nós, através do GAMP, lutamos depois, aí então eu já estava na condição de deputada estadual, no primeiro ano do governo do Olívio (1999) e em 08 de março eu levei a reivindicação do GAMP, eu junto com o GAMP, ao governador. E ele autorizou que o Posto da Mulher em Pelotas se transformasse em Delegacia [...] depois nós conseguimos um prédio do Estado, depois nós conseguimos equipamentos, móveis com o governo federal, e com o município as servidoras que iam trabalhar dentro da casa de acolhida⁷.

Através da narrativa produzida, é possível apreender que as atividades do grupo, inicialmente, se davam através de um trabalho de base junto às comunidades, no qual criavam grupos com lideranças nos bairros, vilas e

⁵ A casa de acolhida que existe em Pelotas tem o nome de casa abrigo Lucicy, conforme já mencionado anteriormente neste artigo. O abrigo foi criado a partir de uma lei municipal, apresentada pela própria senhora Cecília, na época em que era vereadora em Pelotas, em 1991, e sempre com o acompanhamento do GAMP.

⁶ A Lei 11.340 (Lei Maria da Penha), foi promulgada em agosto de 2006 e no seu artigo 22, há a previsão de medidas protetivas, tais como a proibição do agressor de se aproximar da vítima.

⁷ As narrativas das pessoas entrevistadas estão recuadas e em itálico, a fim de diferenciá-las das citações de autores. Também as submeti a algumas correções gramaticais nas situações em que as falas comprometiam a grafia correta, no entanto, mantive-as ao máximo na forma como foram proferidas (Manzini (s/d).

associações de bairro, para que nesses locais fosse debatido o tema da violência contra a mulher, entre outros de interesse feminino, portanto, faziam um trabalho de formação e de cunho educacional. Havia esses tipos de trabalho inclusive nas dioceses e pastorais da Igreja (pastoral das mulheres, da juventude, das operárias).

Além disso, o GAMP também teve atuação na criação do Conselho da Mulher (1992), no Centro de Referência em atendimento à mulher em situação de violência (2014), e na Coordenadoria da Mulher (2017), tendo cada um desses órgãos sido criado no seu tempo e com muita luta das mulheres, em vista de que nem sempre o Poder Público facilitou a efetivação dos mesmos.

Essas dificuldades vividas pelo grupo para verem atendidas suas reivindicações, podem ser compreendidas levando em conta que as mulheres sempre foram tratadas com desigualdade e que suas necessidades, muitas vezes, foram negligenciadas. A falta de boa vontade em promover melhorias para nossas vidas, sempre foi uma característica do Estado (em todas as esferas governamentais), sendo que, conforme Vianna e Lowenkron (2017), ele tem um papel de construtor e mantenedor da ordem social, e tem o dever de responder ao que acontece às mulheres e ampará-las através da instituição de leis e da execução de políticas públicas, entretanto, pontuam as autoras que nem sempre o Estado age como deve, possuindo ainda características machistas e de descaso em relação às suas pautas femininas.

Uma das atuais lutas do GAMP é o funcionamento da delegacia da mulher 24 horas, o que também, até os dias atuais, não foi atendido pelo Poder Público, reiterando suas práticas de desinteresse em atender as reivindicações que as mulheres consideram importantes para si.

Além dessa pauta, também fazem parte da agenda atual do grupo, projetos de capacitação de mulheres (promotoras legais populares), para que se tornem aptas a falar sobre o tema da violência e sobre os direitos das mulheres, em bairros, como o grupo fazia no seu início. Mas há a ideia de ampliar essa formação para que o meio rural também seja beneficiado, tendo em vista que no campo há muitas mulheres que sofrem situações de violência e que ficam isoladas sofrendo.

O GAMP também organiza palestras em escolas, pois há integrantes que são preparadas para fazer essas falas. E em relação às mulheres de terceira idade, o grupo procura fazer, nos bairros, formações de dança voltadas para elas, tendo em vista que, geralmente, fazem parte da categoria social que tem a estima mais baixa e que, portanto, precisa de ajuda.

Em relação aos agressores, a ONG não faz um trabalho específico para modifica-los, ela faz isso junto com outras instituições porque é importante que eles entendam que tem que parar de agredir, mas o foco da luta é ajudar a mulher a aumentar sua estima e para que ela saiba seus direitos. E no que diz respeito ao impacto do grupo na vida das mulheres pelotenses, Cecília acredita que mobilizaram e auxiliaram muitas mulheres na cidade, ao longo da existência do grupo. Ela disse que:

Nós temos tido uma respeitabilidade, por exemplo, da imprensa, o que eu considero um termômetro, se tu fala em GAMP, eles sabem o que é, certo? Tu fala em GAMP, tu tem uma respeitabilidade das prefeituras, das administrações municipais. Nós não temos no meio das mulheres empresárias, mas nós temos no núcleo de mulheres lá da Bom Jesus, que trabalha com economia solidária, elas sabem o que é o GAMP. Então eu diria que a gente conseguiu uma respeitabilidade junto ao judiciário, junto à OAB, junto às instituições da área de segurança, como Brigada, Polícia civil, o poder executivo e legislativo. Eu diria que no movimento de mulheres é mais no meio das mulheres pobres que tem esse conhecimento. [...] O impacto é de um grupo que conseguiu avanços institucionais na organização das mulheres, é reconhecido isso na OAB, no Ministério Público, no Judiciário, tanto que nós temos recebido convite pra ir lá na escola da Vila Nova, convite de uma juíza, pra iniciar um trabalho lá, com as mulheres rurais. Isso é uma demonstração de reconhecimento. A prefeitura de Pelotas nos recebe como um grupo de mulheres que foi ouvido pra criar a Coordenadoria, o Centro de Referência. No legislativo, o GAMP já recebeu prêmios como um grupo autônomo de mulheres pelos seus 25 anos de atuação pela luta em prol das mulheres. De maneira indireta muitas mulheres foram assim ajudadas. [...] Esse protagonismo se dispersa quando a gente consegue essas instituições todas atuando. Nós servimos de exemplo pra outros municípios.

Sobre a atuação do GAMP ser fortemente voltada para o combate à violência contra a mulher ela disse que:

Foi esse o tema que apareceu de maneira concreta pra gente aqui, certo? A gente começou a ver que teve a morte da Cecília, que foi aquela menina, imagina uma estudante de Santa Catarina que a família manda pra cá e a guria é esgarçada. Teve uma outra que foi assassinada e o cara enterrou ela lá na Zona norte, grávida de oito meses, deve fazer uns 12, 13 anos. Ela era caixa de um supermercado na Santa Tecla, nós tivemos muito apoio, nos íamos lá pra frente e sempre com aquele chamamento “mulher, não chora, luta”, se tu tiver que chorar, chora, mas a luta é fundamental. E em cada 8 de março nós íamos pra rua, e quantas mulheres passaram por ali, então é imensurável o alcance.

O percurso do grupo durante seus anos de existência foi construído com tropeços e vitórias. Pelo relato de Cecília se compreende que ela não consegue definir o alcance que suas atividades tiveram na vida das pelotenses, mas ela tem a certeza de que muitas conquistas foram obtidas e de que muitas mulheres foram beneficiadas, de forma direta ou indireta, a partir da atuação do grupo na cidade e, especialmente, pela sua luta contra a violência masculina. Isso

não pode ser negado nem por suas integrantes, nem por quem passa a conhecer a sua história.

No dia 4 de janeiro de 2018, entrevistei a senhora Zely Franco Garcia, na sua residência. Ela contou que tinha 83 anos, era professora aposentada e ex diretora presidente do GAMP. A entrevista se realizou às 19h 45m e teve a duração de 01 hora e 10 minutos.

Ela contou que depois que se aposentou do magistério foi contratada para trabalhar com as mulheres na Cáritas Diocesana de Pelotas, e que nas reuniões foram estabelecidas coordenadoras de grupos, as quais nos encontros de toda a Diocese (Pelotas, Canguçu, Rio Grande, entre outras cidades da região) traziam os assuntos a serem discutidos por todas. Assim foi se formando um grupo de mulheres, mas ainda sem a ideia de ser uma organização e um movimento de militância feminina. Então aconteceu o assassinato de Cecília Biernaski, a moça de Santa Catarina, e no ano seguinte houve a morte de Luciety Mascarenhas, ambas mortas pelos ex namorados. A mãe de Luciety, senhora Jurema Mascarenhas, também era da Igreja e contou com o apoio das integrantes do grupo e de outras mulheres, as quais juntas protestaram pela condenação do assassino, ficando na frente do fórum, vestidas de preto, no dia do julgamento.

Após esses assassinatos, o grupo de mulheres começou a fazer uma reunião por semana em uma sala da Catedral e ali, segundo a senhora Zely, teria se iniciado o GAMP, ainda sem oficialização e sem nome. Nesse grupo foi formada a coordenação do futuro GAMP e em um 8 de março, em frente à Catedral de Pelotas aconteceu a primeira manifestação pública das mulheres. Sobre esse dia, assim ela contou:

Ainda pela Diocese, fizemos um encontro, no dia 8 de março, em frente à Catedral, na praçinha. Tinha tanta gente, e eu nunca tinha pego um microfone, naquele dia peguei o microfone e coordenei, acho que eu tava doidinha (risos) e todo mundo depois, sabe que eu não me dei conta, o meu entusiasmo era tanto, que eu não me dei conta do que eu tinha feito, aí depois que começaram a me dar parabéns, imagina. [...] E dali continuou, foi pegando, aí então surgiu o GAMP, a gente tinha que ter nome, tinha que ter registro, muitas coisas burocráticas, a gente sempre teve secretária, sempre fizeram atas.

Durante a entrevista, foi bem visível a emoção da senhora Zely ao contar sobre esse 8 de março em especial, já que é o dia que ela (e as outras entrevistadas também), considera como sendo aquele em que o GAMP foi oficialmente criado por elas. Percebi que ela se sentiu uma pessoa importante e engajada no dia que falou ao microfone, pois foi um momento em que agiu de uma forma diferente da habitual para uma mulher, o que a surpreendeu, bem

como a quem a ouvia. O entusiasmo que ela viveu aquele dia foi transmitido também na hora da entrevista, muito embora não lembrasse do que havia dito. Santhiago (2011) aduz que a História oral é interessante porque as histórias de vida possuem um conteúdo emotivo apto a atrair e encantar, o que independe da apreensão intelectual, e que fazer isso, profissionalmente, não é tão fácil e nem tão difícil e que basta um pouco de afeto pelo outro, pelo conhecimento humano e disposição.

A senhora Zely também afirmou que apesar de ter sido necessária a criação do grupo em Pelotas, ela não tinha noção do que acontecia no resto do país em relação à situação das mulheres, só sabia do que ocorria na sua região. Somente depois foram chegando notícias e que ela ficou sabendo que também existiam outros movimentos de mulheres pelo Brasil. O primeiro lema do grupo era: “Igualdade e respeito às diferenças”. As “gamepeanas” (as integrantes se autodenominam dessa forma) formadoras eram umas 4 ou 5 da Cáritas, e convidaram também uma advogada, uma psicóloga e uma assistente social para acompanhar as mulheres que sofriam violência. Contou que tinha muito orgulho do trabalho do grupo, do pioneirismo em ajudar as mulheres pelotenses:

Naquela época nós fazíamos muita loucura, porque a gente quando se entusiasma, a gente não enxerga o perigo, né? E também o perigo não era tanto como é hoje. Na delegacia, por exemplo, se a gente ia lá com um caso de uma mulher, eles debochavam da gente, eles riam, diziam umas bobagens, mas nós ficávamos sempre sérias, no limite pra eles saberem com quem que eles tavam falando, que não era assim de anda na rua e chega no G.A.M.P., não era assim. Mas aí, não tinha delegacia da mulher e então o que que nós fazíamos? Quando comunicavam pra gente que havia um caso assim, ou então traziam a pessoa pra reunião, ou a gente falava com a pessoa sozinha, quando elas conseguiam sair, né? Aí a gente enfrentava e acompanhava as mulheres, ia até a casa delas se elas queriam sair de casa porque tava mal, tava tudo errado. A gente acompanhava as mulheres, os homens abriam a porta pra nós e nós dizíamos: nós viemos aqui buscar os pertences da fulana porque ela não vai mais ficar aqui. A polícia não ia, mas, se a polícia ia fazer coisas de mulher.

Ela falou de um caso mais específico de atendimento a uma vítima:

Uma vez, aí eu já trabalhava na prefeitura, no governo do Marroni, em 2002 acho que foi, que eu trabalhei também fazendo isso na prefeitura, aí tinha a facilidade do carro. Aí nós fomos buscar a mulher com as crianças, que tavam na calçada, que tinha ficado toda a noite na calçada com os filhos, descalça, porque o marido tinha botado ela pra fora com criança e tudo mais. Aí nos disseram onde era direitinho e nós fomos buscar, aí levamos a mulher pra delegacia. Aí o cara, quando ele viu que o negócio era com delegacia, ele ficou louco e começou a nos perseguir, ele descobriu o carro, contaram deerto pra ela que era da prefeitura e aí nós fugimos com o motorista, aí ele tava cuidando pelo espelho o homem que tava de moto [...] mas na secretaria ele não entrou e foi embora. E essa mulher depois a gente continuou acompanhando ela, ela conseguiu emprego e criou os filhos sozinha, e depois ela arranjou um namorado e eu me lembro até que eu encontrei ela numa festa, e ela tava com o

namorado e ela veio me apresentar o namorado e me agradecer. Imagina, depois de muitos anos, uns 10 anos por aí.

Sobre esse caso, ela ainda lembrou que:

O homem esse botou ela pra rua com três crianças e ela tava amamentando, e quando ela tava amamentando é que ele batia nela pelas costas, era horrível, era horrível. Até que um dia ele botou ela pra fora e ela ficou no portão da casa com as crianças até amanhecer.

Reiterando as narrativas da senhora Cecília, dona Zely também contou sobre a luta do grupo em conseguir o Posto Policial da Mulher para Pelotas, junto a deputados e o governador Olívio. Assim retificou que a mulher que foi buscar na calçada com os filhos, foi levada para o posto e não para a delegacia da mulher, pois esta ainda não existia na cidade. Contou também que as funcionárias que trabalhavam no posto chegavam a levar comida para as mulheres e crianças que iam para lá buscar ajuda, pois muitas saíam de casa sem comer e não tinham como alimentar os filhos.

A maioria dos casos era de violência e chegavam nelas porque sempre tinha alguém que sabia do grupo e assim ele foi crescendo. Mas, disse que atualmente o trabalho para ajudar as mulheres é bem mais amplo e que há muitas outras pessoas auxiliando, pois hoje existe a Rede de atendimento à mulher, da qual fazem parte a Delegacia Especializada para a Mulher, o Centro de Referência, o Juizado da violência doméstica. Disse também que atualmente o GAMP tem outra estrutura e que sem política elas não faziam nada, porque tinham que pedir coisas para deputados, prefeitos, então tinham que procurar conhecidos, mas dentro do grupo não havia intervenção partidária, nem da igreja, universidade ou prefeitura, eram somente as mulheres que tomavam as decisões.

Sobre os primeiros projetos de atuação do grupo, ela disse que faziam cursos de formação de promotoras legais contando com o apoio de pessoas mais experientes, como as integrantes da THEMIS⁸, outra ONG feminista importante do Rio Grande do Sul, que atua em Porto Alegre, e que já tinha um projeto de promotoras legais populares. Essas pessoas auxiliavam o GAMP a fazer o trabalho em Pelotas. As promotoras recebem formação para serem

⁸ A THEMIS – Gênero, Justiça e Direitos Humanos, é uma ONG em funcionamento, que foi criada em Porto Alegre, no ano de 1993, por advogadas e cientistas sociais feministas e visa fortalecer a luta das mulheres por seus direitos. Disponível em: <<http://themis.org.br/>>. Acesso em janeiro de 2020.

lideranças comunitárias, com noções básicas de direito e direitos humanos, e assim podem ajudar outras mulheres.

Sobre o impacto da atuação do GAMP na vida das pelotenses, ela disse com bastante veemência que: “É muita gente, mas ajudou, eu tenho certeza, mas claro, ajudou muito, muito, muito. Ajudou não fazendo, orientando, mas ajudou sim muitas mulheres”. Nem a senhora Zely consegue dimensionar o alcance do impacto que o grupo teve ou tem na cidade. Mas, ela também enfatizou que muitas mulheres foram auxiliadas por suas ações, e não poderia dizer algo diferente, principalmente porque ela mesma se envolveu em casos de violência, conforme sua narrativa já apresentada.

Por fim, no dia 15 de janeiro de 2018, entrevistei a senhora Diná Lessa Bandeira, em uma sala, na Casa dos Conselhos de Pelotas, às 16 horas e 30 minutos. Ela contou que tinha 59 anos, era funcionária pública e trabalhava com projetos sociais na Embrapa. Era a diretora presidente do GAMP e sua entrevista teve a duração de 01 hora e 40 minutos.

Falou que passou a fazer parte do grupo em 2013 e que era diretora há cerca de um ano, antes era vice coordenadora. Disse que tinha muito orgulho do histórico lindo do GAMP, o qual sempre foi bem organizado, com CNPJ e que não podia deixar o mesmo parar, então tinha ideias para que o mesmo crescesse mais. Com esse viés, falou sobre um projeto que estava sendo elaborado com a finalidade de conseguir recursos para ajudar crianças, filhas de vítimas de feminicídio ou de mulheres em situação de violência, com medida protetiva. Ela entendia que essas crianças também precisam de auxílio e no projeto a ideia era obter recursos para pagar psicólogas para elas e ajuda de assistentes sociais. Outra ideia era ter núcleos do GAMP em outros municípios, zonas rurais, sindicatos, bairros e que cada núcleo teria representantes que participariam de reuniões periódicas. Contou que já existiam dois núcleos formados na cidade.

A entrevistada chamou a atenção para uma questão muito complexa em relação às palestras. As integrantes do grupo perceberam que não podiam fazer as chamadas para os encontros de mulheres para falar sobre violência, tendo em vista que:

A informação deve ser de uma forma muito sutil, porque grande parte dos núcleos que a gente quer criar, a gente jamais pode chegar falando sobre violência, porque senão a gente afasta elas, a gente tem que falar sobre autoestima, sobre capacitação de artesanato, de cuidado de filhos, sobre educação, tem que falar de coisas amplas, vida e direitos que é um termo que a gente tá usando pra zona rural. Porque se tu chamar elas pra fazer uma fala pra uma trabalhar a questão da violência doméstica, não, ninguém sofre violência doméstica. Quando elas chegam num nível de assumir a questão que são vítimas de violência, aí já estamos num estágio de delegacia e Centro

de referência, então é muito delicado, tu tem que ir de forma muito sutil. [...] tem que buscar credibilidade, buscar que elas confiem em ti pra elas poderem se abrir.

Minayo (s/d, p. 36) define a violência de gênero como: “[...] formas de opressão e de crueldade nas relações entre homens e mulheres, estruturalmente construídas, reproduzidas na cotidianidade e geralmente sofridas pelas mulheres”. Para a autora, esse tipo de violência é uma forma de dominação que acontece em todas as classes sociais, entre todas as raças, etnias e faixas etárias. Compreendo a situação de negação, explicitada pela entrevistada, como sendo, talvez, resultado do fato de que muitas mulheres que sofrem situações de violência, as silenciam em si mesmas, ou não admitem a gravidade do que vivenciam em suas relações. Isso pode ocorrer por diversos fatores, tais como, a naturalização, no sentido de que a própria vítima considera normal mulher sofrer agressões, e isso especialmente entre aquelas que já viram as mães sendo agredidas. Também por medo de denunciar o agressor, ou por não ter como sair da situação de violência por não ter condições econômicas de sobreviver sozinha, principalmente quando existem filhos menores. Ou por dependência emocional do agressor, uma vez que consideram que não conseguem viver longe dele.

Nestes casos, como disse a entrevistada, geralmente a vítima só irá procurar ajuda quando realmente estiver no seu limite de suportar as agressões, ou seja, quando perceber que sua vida está sob ameaça e, antes disso, para não sofrer tanto, nega a violência e nem sequer quer ouvir falar sobre o assunto, até mesmo para não correr o risco de ser obrigada a despertar para a realidade que vive. Essas situações dificultam o trabalho de quem quer ajudá-las.

Sobre as integrantes do grupo serem, geralmente, pessoas de classe média ou com melhores condições de vida e não abarcarem mulheres mais pobres, ela disse que:

Elas ainda não têm essa consciência, a grande maioria. Não se fala em direitos, se busca o pão nosso de cada dia, se busca conseguir uma vaga para os próprios filhos no colégio, se busca trabalho, a grande maioria. Eu não tenho indicadores porque a gente não tem um observatório que se possa buscar e tu ver o perfil das mulheres pelotenses hoje, mas elas estão ainda buscando estudar, buscando vaga e não são poucas. [...] Essas mulheres ainda não estão nessa discussão porque elas não têm essa consciência. [...] As que já atingiram um estado mais avançado, elas são orientadas pelo espaço da família, pelo contexto familiar. As mulheres ricas não estão trabalhando no dia a dia conosco porque não tem empatia, tem que ter empatia, tu vê as mulheres explorando outras mulheres, né? E grande parte de mulheres explorando outras mulheres, são as que estão numa situação econômica mais confortável, então ela precisa da babá pra poder ir pra cabelereiro, ela precisa da faxineira pra poder manter as unhas; Claro que pode ter nessa categoria mulheres feministas, têm mulheres que se importam, mas aí elas têm que estar, eu acredito,

como link dentro da universidade ou trabalhando com área social [...] se ela não tiver uma profissão que tenha que obrigatoriamente ter um outro olhar pro outro, ela tá apática, não existe problema. Mas isso tudo eu acho, porque a gente não tem estudos [...] não basta só o teu estudo, porque a gente tem dado sempre mil entrevistas, mas o resultado dessa entrevista, aonde está? De que forma eu transformo o resultado dessa pesquisa num projeto ou numa política pública? Tudo isso a gente tem que questionar.

Essa fala da senhora Diná, em um primeiro momento, permite pensar que é importante considerar que os movimentos feministas (no plural porque além de serem vários, também têm diversas pautas) passam constantemente por reatualizações, tendo em vista que as demandas se modificam, o que exige uma plena atuação e ressignificação do feminismo, porque de fato ele não abarca numa mesma direção, toda a categoria social feminina. Mas, isso só aumenta a responsabilidade dos movimentos, pois existem inúmeras mulheres que ainda não são contempladas pelos embates feministas, e que precisam ser, pois podem se encontrar em realidades específicas e muitas vezes bem difíceis, precisando de auxílio. Shoiet (2005) entende que no movimento acontecem as lutas das mulheres que se sentem oprimidas, tendo em vista que as relações entre elas e os homens não estão inscritas na natureza, sendo, portanto, passíveis de transformações. Por isso a luta deve ser constante, ainda mais se levando em conta, como alertou a entrevistada, que nem todas as mulheres percebem a opressão que recai sobre elas, portanto, nem todas se sentem envolvidas pelo movimento.

Em tempo, se torna necessário frisar que existem outros grupos feministas na cidade de Pelotas, como já informei neste artigo, porém, não direcionei meu estudo para os mesmos. Por ser desta forma, não pode ser descartada a possibilidade de mulheres mais pobres estarem engajadas na luta feminista, porém a ideia de que suas prioridades podem de fato ser o trabalho e os filhos, ou seja, a sobrevivência, também deve ser considerada.

E quanto ao questionamento feito pela senhora Diná, a respeito da minha entrevista devolver algo para o grupo, acredito que foi um pedido de ajuda para que algum resultado acontecesse a partir dela, para que não ficasse um vazio após a mesma, especialmente em razão de que o grupo trabalha para ajudar terceiros e não visando adquirir vantagens para si mesmo. O que se pode, de momento, devolver, é uma certa visibilidade dada ao GAMP, através do presente artigo, muito embora fique o desejo de se fazer algo mais. E aqui pesa a questão levantada por Pataí (2010), a respeito de que mesmo que os sujeitos concordem com a entrevista e que até tenham satisfação com esse momento, os pesquisadores os estão usando para seus próprios projetos. Então, segundo a autora, uma pesquisadora/feminista deve se preocupar com a transformação

social e por isso não deve (ou não deve apenas) reproduzir as estruturas desiguais que envolvem as mulheres, em seu trabalho final. Espero, ter tido esse cuidado neste estudo e assim poder contribuir, como possibilita a história oral, para trazer a público o reconhecimento das lutas do GAMP, a fim de que as mesmas se tornem conhecidas e possam ser lembradas, deixando de ser indiferentes à sociedade em prol da qual o grupo sempre atuou, como sugere Rovai (2013).

Conclusões

É possível argumentar, a título de conclusão, que os movimentos feministas são responsáveis pela percepção adquirida por muitas mulheres de que a desigualdade que recaía sobre elas, era de cunho cultural, tanto que passaram a questionar as estruturas sociais repressoras, que há séculos as envolviam e subjugavam. E a partir disso, reivindicaram mudanças em suas vidas.

Somos todas nós, atualmente, beneficiadas por essas lutas, mesmo que estejamos longe da igualdade e da liberdade que detêm os homens, posto que ainda sofremos discriminações e violências, em razão do nosso gênero. Essa circunstância é o motivo pelo qual a luta e os debates feministas não podem parar.

Por ser desta forma, todo o trabalho que já foi feito pelo GAMP, durante sua trajetória de luta na cidade de Pelotas, deve ser pensado como o de um grupo que conseguiu se articular de forma expressiva na sociedade pelotense, tanto que é reconhecido no meio político, na imprensa, em bairros, na zona rural e pelas inúmeras e anônimas mulheres que por suas ações foram auxiliadas.

Atribuo um mérito imensurável a esse grupo de mulheres que se organizou e saiu dos seus isolamentos, fossem eles domésticos, profissionais ou de lutas diferenciadas e que se reuniu para fazer o bem a um universo maior de mulheres, a fim de orientá-las para adquirir autoestima, conhecer seus direitos e enfrentar situações de violência. Para isso, também não mediram esforços para que fossem criados na cidade, órgãos para atender as demandas femininas.

O GAMP, com o passar do tempo, teve que se reestruturar e assumiu os novos embates que iam se apresentando em sua lide, e até os dias atuais ainda é uma entidade que busca auxiliar as mulheres pelotenses, solidário como sempre foi com suas dificuldades. Isso é o que resume um movimento feminista, como sendo aquele que se mobiliza com a finalidade de buscar atender as reivindicações femininas, visando uma melhor qualidade de vida para todas as mulheres, sempre respeitando as diferenças.

Referências bibliográficas

AGUIAR, Neuma. **Gênero e Ciências Humanas**: desafio às ciências desde a perspectiva das mulheres. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1997.

ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. **O que é feminismo**. 8ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CANDAU, Joel. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2012.

COLLING, Ana Maria. **Tempos diferentes, discursos iguais**: a construção do corpo feminino na história. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2014.

DEERE, Carmen Diana. Os direitos da mulher à terra e os movimentos sociais rurais na reforma agrária brasileira. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, 2004, p.175-204.

LAGARDE, Marcela. **Cautiverios de las mujeres**: madresposas, monjas, putas, presas y locas. 4. ed. Ciudad del México: UNAM, 2005.

MANZINI, José Eduardo. **Considerações sobre a transcrição de entrevistas**. Disponível em: <http://www.oneesp.ufscar.br/texto_orientacao_transcricao_entrevista>. Acesso em janeiro 2020.

MEIHY José Carlos Sebe Bom; HOLANDA, Fabiola. **História oral**: como fazer, como pensar. São Paulo: Contexto, 2007.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Conceitos, teorias e tipologias de violência**: a violência faz mal à saúde. S/d, p. 21-42.

MOTTA, Márcia Menendes. História, memória e tempo presente. In CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo. **Novos Domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

PADRÓS, Enrique Serra. Os desafios na produção do conhecimento histórico sob a perspectiva do Tempo Presente. **Revista Anos 90**. Porto Alegre, v 11, n.

19/20, 2004, p.199-223.

PATAI, Daphne. **História oral, Feminismo e política**. São Paulo: Letra e Voz, 2010.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história: operários mulheres e prisioneiros**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo. 2003.

PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na História Oral. **Proj. História**, São Paulo (15), abril, 1997.

ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. Aprendendo a ouvir: a história oral testemunhal contra a indiferença. **História Oral**, v. 16, n. 2, 2013, p. 129-148.

ROUSSO, Henry. Sobre a História do Tempo Presente: entrevista com o historiador Henry Rousso. Entrevista concedida à Silvia Arend e Fábio Macedo. **Tempo e Argumento**. Florianópolis, v. 1, n. 1, junho, 2009, p. 201 – 216.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero, Patriarcado, Violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SANTHLAGO, Ricardo. **Palavras no tempo e no espaço: a gravação e o texto de história oral**. Introdução à História Pública. São Paulo: Letra e Voz, 2011, p. 97-108.

SANTOS, Joaquim Lucas Dias dos. **Breve análise do feminismo em Pelotas (1982-2004)**. Trabalho de Conclusão de Curso. História. UFPel. 2007.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

SOARES, Vera. Movimentos Feministas. Paradigmas e desafios. In: **Revista Estudos Feministas**. CIEC/ECO/UFRJ, nº especial, p. 11-24, 1994.

SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero. **Revista Brasileira de História**, v. 27, n. 54, p. 281-302, 2007.

TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

VIANNA, Adriana; LOWENKRON, Laura. O duplo fazer do gênero e do Estado: interconexões, materialidades e linguagens. **Cadernos Pagu**, (51), 2017, p. 1-61.

Abstract: Currently, there are several feminist organizations in Brazil, with different agendas of struggle. It was at the end of the 19th century that this movement appeared in the country, initially claiming the right to female education and the right to vote, as it took into account the oppression and inequality that befell women. During the twentieth century it expanded to other places and began to have broader clashes, such as access to the labor market, better wages, women's liberation, an end to violence against women, among others. In Pelotas, the feminist movement started in the 1980s, however, it was in March 1992 that the Non-Governmental Organization (NGO) called the Autonomous Group of Women in Pelotas (GAMP) became the main and most active feminist entity in the city. This study seeks to reveal its performance in the lives of Pelotan women, throughout its existence.

Keywords: Feminist movement; Gender-based violence; Oral History.
